ATA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges Primeiro e Segundo Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária mista. Solicito ao Deputado Herculano Borges que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente. Saúdo Vossa Excelência e também nossos colegas Deputados presentes no início dos trabalhos: Coronel David, Pedro Kemp, Capitão Contar, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, João Henrique, Marcio Fernandes, Barbosinha, Evander Vendramini, Lidio Lopes, Renato Câmara, Eduardo Rocha, Mara Caseiro, Lucas de Lima, Amarildo Cruz, Marçal Filho, Jamilson Name e Londres Machado. Saúdo também os nossos colaboradores e quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet. Leitura da ata. *"Ata da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e dezesseis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Rocha e Secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Lida e aprovada a Ata Sessenta e Cinco da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 24 e 25/2021, do Poder Executivo; Ofícios nºs 168.0.073.0080 e 168.0.073.0082/2021, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.511, do Ministério da Saúde; Ofício nº 0728550/2021, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ofícios nºs 76, 87 a 92/2021, da Senadora Simone Tebet; Ofícios nºs 2.156 a 2.159/2021, do Governo de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.065, 1.066, 1.070, 1.071, 1.089 a 1.091/2021, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 1.988/2021, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Barbosinha, Coronel David, Evander Vendramini, Antonio Vaz, Neno Razuk, Marcio Fernandes, João Henrique, Gerson Claro, Renato Câmara, Capitão Contar, Zé Teixeira, Felipe Orro, Herculano Borges, Lidio Lopes e Amarildo Cruz.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *- Suprimido o Grande Expediente.* ***ORDEM DO DIA*** *- Foi aprovado, em redação final e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 82/2021, de autoria do Deputado Coronel David. Foram*

aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 17/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa; Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2021, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 163/2021, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 178/2020, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Antonio Vaz, endereçada à Igreja Universal pelos seus quarenta e quatro anos de fundação; requerimentos de moções de aplauso, de autoria do Deputado Professor Rinaldo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende Pereira, à Excelentíssima Senhora Secretária-Adjunta de Estado de Saúde, Crhistinne Cavalheiro Maymone Gonçalves, e à Senhora Ana Paula Rezende de Oliveira Goldfinger, Gerente Técnica de Imunização e Coordenadora de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul pelo relevante desempenho da secretaria à frente da Saúde; requerimentos de informações, de autoria do Deputado Capitão Contar. Indicações apresentadas pelos Deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro, Herculano Borges, Capitão Contar, Evander Vendramini e Amarildo Cruz. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS -*** *Usaram da palavra os Deputados Herculano Borges, Coronel David, Barbosinha e Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de julho do ano de dois mil e vinte e um".* Senhor Presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Bom dia, Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Bom dia, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Vossa Excelência poderia ler, por favor, o expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária de 14 de julho de 2021: Ofício nº 505/2021, do Instituto Nacional do Seguro Social, respondendo à indicação do Deputado Cabo Almi (Prot. n° 21.170/2021); Ofício nº 126.664.073.1002/2021, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do Deputado Amarildo Cruz (Prot. n° 21.146/2021); Ofício nº 434/2021, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Lucas de Lima (Prot. n° 21.143/2021); Ofícios n^{os} 1.092 a 1.098/2021, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos Deputados Lucas de Lima e Jamilson Name (Prot. n° 21.151, 21.152/2021); Ofício nº 2.023/2021, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Capitão Contar (Prot. n° 21.144/2021). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, nobre Deputado Zé Teixeira. Expediente do dia 14 de julho. Eu estou dando realce, Deputado Zé Teixeira, porque hoje é comemorado o dia da Queda da Bastilha, na França. E o fundador de Campo Grande colocou, na principal rua da cidade, o nome Rua 14 de Julho, em comemoração à Queda da Bastilha. Então este é um dia memorável para Campo Grande, para todo o Estado de Mato Grosso do Sul e para a França. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Três indicações, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário interino de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando, em caráter reiterativo, a instalação de uma unidade da Polícia Militar na região das Três Barras, conhecida como Vila Rural e Agrocomercial, na zona rural de Campo Grande, nas proximidades da Escola Municipal Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo (Prot. n°05009/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário interino de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando obras de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MS-156, partindo da BR-163, próximo ao posto de atendimento da CCR MSVia do Município de Juti, passando pela Empresa Raizen, em Caarapó, até o Parque Industrial de Dourados (Prot. n° 05008/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário interino de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando obras de recapeamento e revitalização das vias urbanas asfaltadas localizadas no quadrilátero formado pelas Ruas Hayel Bom Facker, Avenida Marcelino Pires, Rua Cuiabá e Rua Toshinobu Katayama, no Município de Dourados (Prot. n° 05007/2021). Cinco indicações, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Luís Eduardo Costa, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, solicitando a poda da árvore localizada na Rua Dona Rose Maria, na frente do n° 217, Bairro Tiradentes, nesta Capital (Prot. n° 05051/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a recuperação do asfalto da Rua Padre Damião, nas proximidades do n° 207, no Bairro Pioneiros, em Campo Grande (Prot. n° 05056/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a troca de lâmpadas dos postes de iluminação pública localizados na Avenida José Nogueira Vieira, na frente dos n^{os} 1225 e 1623, no Bairro Tiradentes, em Campo Grande (Prot. n° 05057/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a substituição da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na Rua Orlando Darós, na frente do n° 805, no Bairro Maria Aparecida Pedrossian, nesta Capital (Prot. n° 05055/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura

e Serviços Públicos, solicitando Operação Tapa-Buraco na Rua Campos Elíseos, nas proximidades do n° 181, Bairro Vilas Boas, nesta Capital (Prot. n° 05054/2021). Onze indicações e uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Barbeiro e Escritor Clayton Tomaz da Luz, conhecido como "Tomaz, o Barbeiro", em decorrência de seu trabalho social realizado na ministração de cursos e treinamentos para barbeiros no combate à depressão e ao suicídio (Prot. n° 04992/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de quebra-molas na Rua Pindaré, Jardim Columbia, nesta Capital (Prot. n04993/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de uma faixa de pedestres elevada na Rua das Garças, na frente da praça, na altura do n° 3000, nesta Capital (Prot. n° 04995/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de sinalização vertical na frente dos Condomínios Residenciais Itajuí, n°100, e Itatiba, n° 180, localizados na Rua José Carlos Silva de Almeida, Bairro Centenário, nesta Capital (Prot. n° 04996/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a construção de um quebra-molas, seguido de uma faixa de pedestres, na frente da UBSF Jardim Antártica, Rua Tenente Antônio João Ribeiro, n° 1180, Jardim Antártica, nesta Capital (Prot. n° 04997/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando sinalização horizontal na frente da entrada principal do Camelódromo de Campo Grande (Prot. n° 04998/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando sinalização vertical na Avenida Presidente Vargas, na frente do n° 1126, Bairro Lar do Trabalhador, nesta Capital (Prot. n° 04999/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a viabilidade de implantação de

um semáforo temporizador na Avenida Júlio de Castilho, esquina com a Avenida Presidente Vargas, semelhante ao que já existe na Avenida Júlio de Castilho, esquina com a Avenida Yokohama (Prot. n° 05000/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, solicitando manutenção da estrada que dá acesso ao Assentamento Ouro Branco, iniciando na BR-262, até a margem do Rio Aquidauana (Prot. n° 05001/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, solicitando patrolamento e encascalhamento na estrada que dá acesso ao Rio Botas, no Assentamento Estrela, às margens da BR-262, saída para Ribas do Rio Pardo (Prot. n° 05002/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, solicitando manutenção da BR-262, no trecho que liga Campo Grande a Ribas do Rio Pardo (Prot. n° 05003/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de um quebra-molas na Rua Rio Brilhante, na frente do n° 1462, Vila São Jorge da Lagoa, nesta Capital (Prot. n° 04994/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecilia Amendola da Motta, no sentido de viabilizar estudos para construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal Francisco Anísio Corrêa Ferreira, no Distrito de Águas do Miranda, no Município de Bonito (Prot. n° 05011/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Marçal Filho. Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marco Pacco, Prefeito de Itaporã, solicitando a instalação de um ponto de ônibus dotado de cobertura, assento e vedação lateral na Avenida Rui Barbosa, nas proximidades do "Zé Alfredo", no Distrito de Montese (Prot. n° 05004/2021). Seis Indicações, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Excelentíssima Senhora Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, solicitando a manutenção do sistema de iluminação pública da Avenida Guaicurus/MS-162, que liga centro de Dourados, UFMS, UFGD e Aeroporto à rodovia Dourados-Itahum (Prot. n° 05015/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, solicitando a viabilização de recursos para aquisição de

equipamentos de limpeza hospitalar para atender a Associação Beneficente de Itaquiraí (Prot. n° 05017/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, Senhor Jaime Verruck, e ao Diretor-Presidente do Imasul, Senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando a criação de campanhas de conscientização junto à população, no sentido de divulgar a crise hídrica e ressaltar a importância de economizar água (Prot. n° 05019/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, solicitando a viabilização de recursos para a pavimentação asfáltica da estrada vicinal que dá acesso à Gleba Ouro Verde, ligando a referida via à BR-376, no trecho entre os Municípios de Ivinhema e Deodápolis (Prot. n° 05020/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos representantes da Bancada Federal de Mato Grosso do Sul, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, solicitando a viabilização de recursos para aquisição de um veículo equipado a ser utilizado como unidade móvel para realização de campanhas de doação de sangue e medula óssea, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. n° 05018/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de uma viatura para atender as necessidades do destacamento da Polícia Militar do Município de Laguna Carapã (Prot. n° 05025/2021). Uma indicação e duas moções de congratulação, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Geraldo Resende Pereira, Secretário de Estado de Saúde, pleiteando a destinação de recursos financeiros no valor de trezentos e oitenta mil reais para construção de nova sede do Centro de Atendimento Psicossocial (Caps), no Município de Cassilândia (Prot. n° 05036/2021). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Cabo da Polícia Militar Adenilso Moreira Stritar que, mesmo desarmado e de folga, atuou na prisão de um assaltante (Prot. n° 05037/2021). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao atleta da paracanoagem Fernando Rufino de Paulo, pela primeira medalha de ouro do Brasil na Copa do Mundo de Paracanoagem em Szeged, na Hungria, e pela convocação para os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 (Prot. n° 05038/2021). Cinco indicações, um projeto de lei e uma moção de congratulação, de autoria da Deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado

expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecilia Amendola da Motta, solicitando reforma estrutural da Escola Estadual São José no Município de Cassilândia (Prot. nº 04985/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando reforma estrutural da Escola Estadual Rui Barbosa no Município de Cassilândia (Prot. nº 04989/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel e ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Campo Grande, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja firmada parceria entre os poderes municipais e estaduais para pavimentação e implantação de galerias de águas pluviais nas ruas do Bairro Jardim Columbia, nesta Capital, especialmente na Rua Jarauçu (Prot. nº 04988/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, solicitando a implantação de pavimentação asfáltica no Bairro Novo Horizonte, em Eldorado (Prot. nº 04987/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, e ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica da MS-355, no trecho que liga os Municípios de Dois Irmãos do Buriti e Terenos (Prot. nº 04982/2021). Projeto de lei. Impõe, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, restrições para comercialização de produtos de uso odontológico profissional (Prot. nº 04983/2021). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação, por meio de cópias autônomas, ao Comandante da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, Coronel Marcos Paulo Gimenez Borges, ao Cabo da Polícia Militar Emerson Alexandre Herreira, ao Soldado da Polícia Militar Maurício Belgara Teixeira Júnior, ao técnico de enfermagem do Samu Anderson Melquiades Gomes de Arruda, e ao condutor e socorrista do Samu, Christian Ricardo Tejada de Oliveira, por terem evitado uma tentativa de suicídio no Município de Aquidauana (Prot. nº 04986/2021). Duas indicações, de autoria do Deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando, em caráter de urgência, a construção de uma ponte de concreto com quarenta metros de comprimento sobre o Córrego Cortado, que dá acesso às aldeias indígenas de Sidrolândia e de Dois Irmãos do Buriti, em substituição à atual ponte de madeira que

se encontra em estado precário, bem como ampliação, manutenção e encascalhamento de quinze quilômetros de estradas rurais, próximo à MS-162, no Município de Sidrolândia (Prot. nº 04977/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando a destinação urgente de duas ambulâncias para suprir as necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), em atendimento à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (Funsaud), no Município de Dourados (Prot. nº 04978/2021). Quinze indicações, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito do Município de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o encascalhamento e o patrolamento de toda a extensão da Rua Iracy Velásquez, Parque Residencial União, em Campo Grande (Prot. nº 04968/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Clediane Areco Matzenbacher, Prefeita do Município de Jardim, com cópia ao Senhor Geraldo Alencar Gonçalves, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, solicitando limpeza e revitalização da praça localizada no Bairro Cohab Aeroporto, na Cidade de Jardim (Prot. nº 04969/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 e do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran) solicitando que seja realizada a pintura dos quebra-molas da Rua Baobá, próximo ao nº 268 ao nº 283, e outro próximo ao nº 633, todos no Bairro Moreninha III, nesta Capital (Prot. nº 04970/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 e do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando que seja realizado o estudo para a colocação de um quebra-molas na Rua Ponta Grossa, próximo ao nº 165, no Bairro Panorama, nesta Capital (Prot. nº 04971/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja executada a limpeza da Rua Alcindo Vasques Escobar, próximo ao nº 1, Loteamento Vila Dona Dedé (Prot. nº 04972/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto no artigo176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador de Mato Grosso do Sul, e uma cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando a construção de uma ciclovia na Rodovia MS-080 (José Domingos), em toda sua extensão, no trecho de Rochedo a Corguinho (Prot. nº 04973/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que

seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando a limpeza da rua, o patrolamento e o encascalhamento na Rua Antônio Francisco Lisboa, no Bairro Vilas Boas, nesta Capital (Prot. nº 04974/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Rudi Fiorese, solicitando o patrolamento e encascalhamento das Ruas Araraquara, Pinus, Enchovas e Pompeu, todas no Jardim Centro Oeste, nesta Capital (Prot. nº 04975/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando o patrolamento e encascalhamento das Ruas Dois Irmãos, Dom João VI, Baluarte e Valter Alves, nesta Capital (Prot. nº 04976/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 e do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando estudo de viabilidade para implantação de faixa amarela na Rua Naviraí, entre a Avenida Nely Martins até a altura da Secretaria Municipal de Educação, no Bairro Vila Margarida, nesta Capital (Prot. nº 04990/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja executada a limpeza da calçada localizada na Rua Naviraí, próximo à Avenida Nely Martins, próximo ao ponto de ônibus na Vila Margarida (Prot. nº 04984/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando manutenção em iluminação pública na via toda, desde a Avenida Vereador Thyrson de Almeida, esquina com a Rua Raquel de Queiroz, até a Avenida Campestre, no Bairro Aero Rancho, no Município de Campo Grande (Prot. nº 04991/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando que seja implantado um quebra-molas na Rua Avelino dos Reis, próximo aos nºs 502 e 503, no Jardim Parati, nesta Capital (Prot. nº 04981/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que providenciem a colocação de um poste de energia na Travessa Dona Neta (antiga Rua Amiute), na frente do nº 87, no

Bairro Guanandi, nesta Capital (Prot. nº 04980/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Diretor-Presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, Ivan Muller Botelho, para que empreenda esforços no intuito de trocar transformadores de energia elétrica do Assentamento Santa Lúcia, que fica localizado no Município de Bonito (Prot. nº 05039/2021). Três moções de pesar e duas indicações, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Marta Cachoeira da Silva pelo seu falecimento, ocorrido no dia 9 de julho de 2021, em Jardim (Prot. nº 04979/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Athayde Nery de Freitas pelo seu falecimento, ocorrido no dia 13 de julho de 2021 (Prot. nº 05021/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Gilberto Robalinho da Silva pelo seu falecimento, ocorrido na última terça-feira, dia 13 de julho de 2021 (Prot. nº 05032/2021). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando estudos de viabilidade para manutenção e recuperação, com a limpeza do acostamento, da MS-162, que liga o Município de Dois Irmãos do Buriti, passando pelo Distrito de Quebra Coco, ao Município de Sidrolândia (Prot. nº 05016/2021). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Antônio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando, em caráter de urgência, a viabilização de recursos a serem investidos na aquisição de drones para os trabalhos noturnos por parte da Polícia Militar e da Polícia Civil, no Município de Rio Brilhante (Prot. nº 05028/2021). Uma moção de congratulação, duas moções de pesar e duas indicações, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, observada as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Luiz Tadeu Barbosa da Silva, extensiva à Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) pelos resultados auferidos na divulgação do relatório Doing Business, pelo Banco Mundial, demonstrando a qualidade do trabalho de cartórios de registros de imóveis da Capital (Prot. nº 05034/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à Senhora Renata Cristóforo Galvão pelo falecimento de seu esposo Raimundo Edmário Guimarães Galvão, conhecido como Mestre Galvão (Prot. nº 05005/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar pelo falecimento do desembargador aposentado Athayde Nery de Freitas (Prot. nº 05006/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia autônoma ao Secretário de Estado Jaime Elias Verruck, para alteração no Decreto nº 15.375, de 28 de fevereiro de 2020 (que alterou o Decreto nº 15.166/2020), modificando o artigo 9º, revogando o tamanho máximo de exemplares de peixes para a atividade pesqueira na Bacia do Rio Paraná, durante o período da crise hídrica que

assola o País, conforme proposta que segue (Prot. nº 05033/2021). Requeiro à Mesa Diretora, observada as disposições regimentais desta Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Fazenda, Senhor Felipe Matos, solicitando adoção de medidas para disponibilizar ferramenta de acompanhamento do creditamento do índice do ICMS para os municípios (Prot. nº 05022/2021). Um requerimento, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia à Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, solicitando a realização de um plano de retomada específico para os alunos que iniciaram a vida escolar durante a pandemia, além dos alunos carentes que possuem dificuldades de acesso à tecnologia do ensino a distância, reforçando sua alfabetização e evitando prejuízos no decorrer do aprendizado (Prot. nº 05010/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, que seja encaminhado expediente, com urgência, deste Poder ao Senhor Prefeito do Município de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia autônoma ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização dos serviços de encascalhamento e patrolamento na Rodovia Municipal CG-224, nos trechos indicados em documento anexo. O presente pleito tem escopo em solicitação enviada a este gabinete por moradores e produtores rurais da região (Prot. nº 05013/2021). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Gerson Claro e dos coautores Deputados Barbosinha, Eduardo Rocha, Evander Vendramini e Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópias ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende Pereira, e aos prefeitos dos setenta e nove municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 05014/2021). Uma moção de congratulação e duas moções de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Presidente do Clube de Diretores Lojistas, Adelaido Luiz Spinosa Vila, e ao Presidente da Associação das Academias de Mato Grosso do Sul, Jonimar Guimarães, pela realização do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Exercício Físico (Prot. nº 05023/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Athayde Nery de Freitas, desembargador aposentado, pelo seu falecimento aos noventa anos, ocorrido no dia 13 de julho de 2021, nesta Capital (Prot. nº 05026/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Clemêncio Frutuoso Ribeiro, empresário e ex-vereador, pelo seu falecimento ocorrido no dia 9 de julho de 2021, nesta Capital (Prot. nº 05027/2021).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente, antes do início da Ordem do Dia, eu gostaria de formular a Vossa Excelência uma questão de ordem. Antes de formular a questão de ordem e explicar, eu quero narrar que nós estamos dentro de um momento pandêmico, e que a nossa Casa convive de maneira paralela com dois sistemas: o sistema físico e o sistema digital, que nós adotamos com muito sucesso e temos colhido bons frutos dessa agilidade que o sistema digital propicia. Contudo, nem tanto, Presidente, pois ontem eu fui surpreendido por meio da mídia, haja vista uma decisão de Vossa Excelência na análise de um requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito que este Deputado não fez. Eu coloquei no sistema da Casa um requerimento com o status de coleta de assinatura. Coletei assinatura do colega Deputado Capitão Contar, porque hoje o sistema determina que a gente faça dessa forma, pois nós não podemos encontrar os Parlamentares. Eu não li, em nenhum momento, esse requerimento em Plenário, conforme determina o Regimento Interno, que tem que ser de maneira verbal. O artigo 160 do Regimento Interno desta Casa diz que lida a proposição, ela não tramitará sem que o gabinete parlamentar disponibilize o texto; algo que eu não fiz. O sistema da nossa Casa teve uma intercorrência, algo que é público e notório que aconteceu esses dias; e eu não sei por que essa proposição que estava no meu gabinete, no sistema do meu gabinete, foi parar no gabinete de Vossa Excelência, na Presidência. Tirando dúvidas com a assessoria da Casa, com a Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos (Salj), ainda expliquei que eu não apresentei o requerimento, e avoquei novamente, porém não sei como o sistema deu andamento que este Parlamentar não disponibilizou, que não deu. Eu avoquei hoje no sistema da Casa, desde o dia que consta a decisão de Vossa Excelência, se checar agora o número da proposição, vão encontrar que este requerimento está para coleta de assinatura dentro do gabinete deste Parlamentar. O artigo 161 do Regimento Interno, que dá continuidade ao artigo 160, diz que o Presidente deverá devolver ao autor qualquer proposição que não estiver devidamente formalizada com os termos regimentais. Eu leio este artigo apenas para dizer que nós não temos no nosso Regimento Interno nada que diga que o requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito possa ser feito de maneira digital, portanto, infelizmente eu tenho que coletar assinatura digital dos colegas que forem assinando; depois disso, eu tenho que pegar esse requerimento e lê-lo na sessão ou, por meio de uma construção legislativa do nosso requerimento, protocolizá-lo na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos (Salj), ou protocolizá-lo dando andamento no Protocolo Geral da Casa, de qualquer maneira que deva levar conhecimento. Portanto, Presidente, eu peço essa questão de ordem com intuito de que Vossa Excelência reconheça a nulidade dessa decisão, porque no sistema da Casa não existe nenhuma assinatura deste Parlamentar que possa ter dado movimentação. É como se eu tivesse feito um requerimento físico dentro do meu gabinete e alguém tivesse pegado do meu gabinete e dado andamento que o Parlamentar não deu. Isso é algo muito grave, e que viola o processo legislativo. Dentro do processo legislativo existe o princípio da inércia, que o julgador, o Presidente da Casa, só pode agir mediante provocação; mas eu não provoquei Vossa

Excelência. Esse sistema, que é digital (eu volto a dizer) que talvez gere o sentimento de desconfiança nas pessoas quando requerem a importância do voto impresso, para assegurar aquilo que a gente realmente faz. Houve uma movimentação no sistema que este Deputado não fez. Então, eu venho formular essa questão de ordem, não como recurso, mas venho formular questão de ordem para que Vossa Excelência reconheça a nulidade de uma decisão que não foi provocada, que este Deputado não fez, e que não tem no sistema; sendo que se hoje for puxada, a proposição constará estar dentro do meu gabinete com todos os andamentos, todos os campos; e eu tomei o cuidado de além de avocar de volta, depois que caiu o sistema da Casa, escrever "aguardando análise de assinatura". Então eu faço essa questão de ordem dizendo que essa é a importância de nós impormos o nosso Regimento Interno, e que os colegas que quiserem se manifestem favoravelmente ou contrários à prevalência do nosso Regimento, pois ele dá a possibilidade de três minutos para que cada um faça as suas considerações. Eu rogo aos Parlamentares que quiserem fazer essa manifestação, que saiam em defesa do nosso Regimento, que saiam em defesa da independência da atividade de cada Parlamentar. Eu respeito Vossa Excelência, e acredito que Vossa Excelência não fez isso porque quis, e acredito que houve uma confusão no sistema ou uma falha na assessoria; mas, de qualquer forma, isso demonstra que o nosso sistema digital ainda está longe de conseguir atingir a perfeição de que necessita. Sendo essas as minhas considerações, eu peço que os Deputados saiam em defesa dessa nossa questão de ordem, e que nós imponhamos a prevalência do nosso Regimento, que determina exatamente o trâmite que tem que ser feito. Este Deputado não fez esse trâmite, este Deputado tem as conversas, os diálogos com a assessoria da Casa, explicando exatamente o que isso estava fazendo, e tem o registro, o rastro de tudo isso que foi feito no sistema. Eu peço, Presidente, as devidas vênias, mas eu gostaria de que fosse restabelecido o "*status quo*" em que se encontrava o requerimento deste Deputado, que não foi disponibilizado para protocolo, mas tão somente para a coleta das assinaturas; isso em nome do nosso Regimento Interno e em nome da harmonia desta Casa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Vou levar na devida consideração, Deputado, mas eu gostaria de pedir uma reunião com Vossa Excelência e com a pessoa responsável do seu gabinete, porque existe uma coisa que é insubstituível nesta Casa, Deputado. Primeiro: a ligação que fiz para Vossa Excelência a respeito do assunto. Ponto! E Vossa Excelência falou: "eu resolvo até amanhã"! Segundo: eu quero exibir aqui em Plenário, Deputado, uma coisa que é básica: ou alguém assinou pelo senhor, ou alguém veio e colocou a sua assinatura. Está escrito aqui João Henrique Miranda Soares Catan e Renan Barbosa Contar; e isso aqui tem uma chavinha, Deputado. Só um minuto, eu ouvi tudo o que o senhor falou. Por favor, dê-me a oportunidade de rebater. Nós estamos no fim do semestre, e não podemos ficar com pendência. Eu fiz uma ligação pessoal para Vossa Excelência, e eu não posso deixar pendente; e aí mandei só arquivar, Deputado. Eu não fiz mais nada do que mandar arquivar, porque com duas assinaturas a CPI não prospera. Agora, se o senhor queria fazer isso de uma forma, mas fez de outra, nós estamos à disposição; a minha assessoria aqui da Salj está à sua disposição, e quero participar da reunião em conjunto, porque se

houver qualquer defeito na condução, eu gostaria de dizer que a gente faz da forma mais clara possível, Deputado. Fico à disposição, e gostaria de continuar a Sessão, me colocando à sua disposição após...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência decidisse a minha questão de ordem, já que Vossa Excelência disse que o sistema desta Casa pede que eu assine para abrir o requerimento e outros colegas comecem a assinar em apoio; é assim que funciona. Eu vou assinar de maneira física, eu vou assinar a minha assinatura e passar para outro colega ir assinando; mas eu não disponibilizei, eu não apresentei; mas o sistema da Casa diz que é assim que tem de ser feito. O nosso Regimento não permite requerimento digital [trecho inaudível]... Para que Vossa Excelência pudesse agir. Mais uma vez, reiterando, Vossa Excelência realmente me ligou, e eu disse para Vossa Excelência: Presidente, eu não disponibilizei, eu estou coletando as assinaturas. Obrigado. Era o que eu tinha a dizer, e peço que Vossa Excelência decida a minha questão de ordem.

PRESIDENTE - Estou à disposição de Vossa Excelência para depois da Sessão. O despacho está feito, e faço questão de lê-lo: “Ante ao exposto, indefiro o pedido de instauração da CPI, porquanto não foram cumpridos os requisitos constitucionais regimentais, quais sejam: subscrição de um mínimo de um terço de Parlamentares e falta de indicação de fato determinado, conforme o Regimento Interno desta Casa”. Se eu errei em algum ponto, eu gostaria de saber. Mas me coloco à disposição de Vossa Excelência; e eu gostaria de tocar a Ordem do Dia. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 163/2021. Autor: Poder Executivo. “Dispõe sobre diretrizes para elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2022, e dá outras providências”. A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 163/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim. E ao final da votação eu havia pedido pela ordem.

PRESIDENTE - Ok. Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim. Bom dia a todos os colegas Deputados e a todos que nos acompanham por meio da Rádio e TV Assembleia. Também sou favorável, Senhor Presidente. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito o resultado da votação ao Deputado Herculano Borges. Eu queria comemorar com Vossas Excelências.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário. Foi aprovado.

PRESIDENTE - Eu gostaria de registrar que vinte e três Senhores Deputados votaram, pois só o Presidente não votou. E eu gostaria de pedir licença para votar favorável também, para que esta votação se torne histórica, a LDO em redação final com vinte e quatro votos favoráveis. Parabéns para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul! Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 044/2021. Autora: Mesa Diretora. "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de IPVA, relativo ao exercício de 2022, bem como isenção e redução de base de cálculo do ICMS, nas hipóteses que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu solicitei pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Para discutir, com a palavra, o Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO CAPITAO CONTAR - Eu havia solicitado pela ordem, e eu gostaria que fosse concedida.

PRESIDENTE - Não é no final da votação, Deputado? Assim eu tinha entendido.

DEPUTADO CAPITAO CONTAR - No final da votação anterior.

PRESIDENTE - É antes da votação deste projeto?

DEPUTADO CAPITAO CONTAR - Era referente ao assunto que o Deputado João Henrique levantou, Presidente.

PRESIDENTE - Sim. É matéria que pode ser feita depois da Ordem do Dia, Deputado? Ou não pode esperar?

DEPUTADO CAPITAO CONTAR - Eu preciso da oportunidade. Se o senhor entender que pode ser feita no final...

PRESIDENTE - Senhores Deputados, eu peço licença, porque o Deputado Capitão Contar quer considerar alguma coisa sobre a decisão da Presidência em arquivar. Pois não, Deputado Capitão Contar. Estamos à sua disposição.

DEPUTADO CAPITAO CONTAR - OK. É muito rápido. Se o requerimento de abertura do Deputado João Henrique não saiu do gabinete dele por justamente estar com status de coleta de assinaturas, eu não vejo porque o senhor não atender a questão de ordem que foi solicitada por ele; apenas isso. Eu também quero aproveitar a oportunidade para convidar os demais Deputados para assinarem esse pedido de abertura de CPI que está em tramitação, aliás, em status de coleta de assinaturas. Deputado João Henrique, pode contar comigo!

PRESIDENTE - São estranhas essas coisas que são colocadas, Deputado Capitão Contar. Eu queria discutir isso com Vossa Excelência. Primeiro que Vossa Excelência já assinou. Vossa Excelência já assinou. Vossa Excelência assinou com sua chavinha; e está assinado com a chavinha do Deputado João Henrique. Então, quem está mexendo com a chavinha de vocês tem que levar um puxão de orelha. Agora estou à disposição, então o documento andou e eu fiz uma ligação pessoal ao Deputado João Henrique. Se tem algum problema de ter andando lá dentro para a tramitação, eu estou me colocando à disposição depois da Sessão; e eu chamo Vossa Excelência para participar da reunião. Se Vossa Excelência acha que estamos errados, “vambora”! Não há problema algum.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente, eu vou pedir pela ordem.

PRESIDENTE - Vou considerar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente.

PRESIDENTE - No final da Sessão nós temos uma reunião a respeito deste assunto. Agora que só tem...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente, pela ordem. O processo nunca saiu do meu gabinete. O status dele...

PRESIDENTE - Eu vou mostrar para Vossa Excelência que saiu, Deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Então, Presidente, nós temos que saber quem entrou no nosso sistema e cometeu o crime do artigo nº 303 A do Código Penal, de manipulação de sistema. Porque eu avoquei antes de Vossa Excelência decidir...

PRESIDENTE - Senhor Deputado João Henrique, o processo andou, e eu estou afirmando que se Vossa Excelência não está de acordo, depois da Sessão nós discutiremos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Mas Presidente, não andou por mim e eu quero saber quem manipulou no sistema. Está no sistema hoje. Se consultar, agora

é público. Está no meu gabinete. Foi avocado. E eu vi que alguém movimentou o meu papel. Se fosse um papel físico isso não aconteceria.

PRESIDENTE - Deputado João Henrique, eu estou me colocando à disposição de Vossa Excelência para a comprovação do processo, depois da Sessão, porque nós temos processos para votar, e a Ordem do Dia para ser obedecida. E eu estou me colocando à sua disposição e à disposição do Deputado Capitão Contar. Supor não significa; significa que andou. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 044/2021. Autora: Mesa Diretora. "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de IPVA relativo ao exercício de 2022, bem como isenção e redução de base de cálculo do ICMS, nas hipóteses que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 044/2021, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, eu quero fazer uma declaração de voto. Primeiro quero falar da importância do projeto, dessa isenção que alcança diversos setores da nossa economia. Acho que veio em boa hora e, com certeza, é uma ação providencial e oportuna por parte do Executivo. Quero aproveitar a oportunidade também, Senhor Presidente, para mais uma vez ressaltar a importância do apoio dos demais Deputados à indicação que fizemos no sentido de que o Governo também não cobre o ICMS na parte excedente da cobrança de energia em função de estarmos em bandeira vermelha. O consumo aumentou, e a crise hídrica que se abate sobre o nosso País. Em função disso também houve uma solicitação do Deputado Capitão Contar, e eu estou afirmando mais uma vez e pedindo apoio dos demais Deputados. O Executivo já acenou com essa possibilidade, e eu quero fazer um apelo a todos os Deputados, a Vossa Excelência, à líder do Governo, Deputada Mara Caseiro, que eu acho que pode ajudar bastante neste sentido também, visto que o Governo já acenou com a possibilidade de discutir essa questão. Então essa é uma providência que alcança a todos, indistintamente, porque deixa de cobrar o ICMS, e obviamente deixa de encarecer mais ainda a nossa conta de energia sobre esse excedente que estará sendo cobrado nesse período, em função da crise hídrica.

Portanto, Senhor Presidente, aproveitei para fazer mais essa manifestação e pedir apoio. Eu sei que também falo em nome também do Deputado Capitão Contar, que já se manifestou publicamente nesse sentido, e quero pedir o apoio dos demais Deputados, inclusive de Vossa Excelência, em especial da Deputada Mara Caseiro, líder do Governo aqui na Casa. Desta maneira, com certeza eu voto sim. Muito obrigado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Parabenizo o Governador Reinaldo Azambuja, pois neste momento tão difícil que estamos vivendo, com essa pandemia, essa isenção vai ajudar muito. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim, Presidente, enaltecendo a medida tomada pelo Governo do Estado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim. Até porque essa é uma matéria de que já havíamos tratado por meio de indicações e de projetos de lei. Embora a gente não possa legislar referente a abrir mão de tributo, de arrecadação, etc., eu acho que essa é uma boa iniciativa que pode ajudar a recuperação econômica do nosso Estado. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, o Deputado Antonio Vaz tem razão. Nós temos que agradecer ao nosso Governador, Reinaldo Azambuja, não só pelo projeto, mas porque lá atrás, não só o Governador, mas também esta Casa, tiveram a coragem de votar projetos de austeridade, para enxugar o Estado e fazer um Estado mais leve. Então esse é um projeto que agora vem mostrar que nós estávamos no caminho certo. Parabéns ao Governador Reinaldo Azambuja! Parabéns a toda esta Assembleia que sempre votou aquilo que foi necessário, para manter este Estado viável, com condições de pagar o salário dos seus servidores em dia, como fez agora com o salário e com a metade do décimo terceiro, além de também fazer esses projetos tão necessários para a nossa população. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim, Senhor Presidente. Faço minhas as palavras do Deputado Eduardo Rocha. Muito obrigado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Presidente, primeiro corroboro as palavras do Deputado Amarildo Cruz, que colocou essa questão da isenção do ICMS da energia elétrica sobre a bandeira vermelha. Eu também havia avocado esse pedido, e acho que é muito importante, como é também a isenção do IPVA para atender determinado setor, e também do ICMS ao excedente de energia, que foi solicitado a todos os Deputados. Parabenizo o Governo por essa iniciativa importante que vai aliviar um pouco a dor do sofrimento dessas pessoas que foram mais atingidas durante a pandemia. Ressalto e corroboro esse pedido para não cobrar ICMS sobre a bandeira vermelha. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Senhor Presidente, mais uma vez quero reforçar que o trabalho desta Casa possibilitou que o Governo do Estado pudesse enviar decretos e leis para beneficiar esses setores que foram tão prejudicados. Então, eu voto favorável e cumprimento esta Casa e também o Governador, Reinaldo Azambuja, o Secretário Eduardo Riedel e toda a equipe do Governo do Estado. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim, Senhor Presidente, parabenizando o Governador Reinaldo Azambuja e toda esta Casa pelas conquistas e avanços neste período de dificuldade. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim. Peço licença a Vossa Excelência, pois vou me retirar da Sessão para ir para Campo Grande, porque eu sou daqui do interior e preciso ir para Campo Grande participar junto aos colegas do lançamento das nossas emendas parlamentares pelo Governador.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Eu quero parabenizar o Governo do Estado, Senhor Presidente, por esse projeto muito importante que vem dar respostas às necessidades desses setores que foram tão prejudicados na pandemia. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Peço licença aos Senhores Deputados para votar sim, também. Consulto o Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, com o voto de Vossa Excelência, são vinte e quatro votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE - Vinte e quatro Senhores Deputados a favor. Acho que também é uma grande vitória da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, porque todos nós propusemos isso ao Governo do Estado, e o Governador Reinaldo Azambuja aceitou e mandou o projeto, porque tem que ser de iniciativa do Executivo. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 178/2020. Autor: Deputado Evander Vendramini. "As operadoras de planos de saúde, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, devem considerar como dependente natural a criança cuja guarda definitiva foi concedida pelo Poder Judiciário ao titular do plano". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 178/2020, de autoria do Deputado Evander Vendramini.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Peço licença aos Senhores Deputados para votar sim, também, pela importância que esse projeto tem. Parabenizo o autor, o Deputado Evander Vendramini. Parabéns para a Assembleia Legislativa por votar um projeto de extrema necessidade como esse. Solicito ao Deputado Segundo-Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Lei nº 165/2021. Autor: Deputado Herculano Borges. “Declara de Utilidade Pública Estadual o Maracaju Basquetebol Clube, com sede no Município de Maracaju”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade,, tendo como relator o Deputado Eduardo Rocha. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 165/2021, de autoria do Deputado Herculano Borges.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Declaração de voto. Primeiro quero agradecer aos colegas Deputados pelos votos favoráveis e a CCJR pela viabilidade do projeto. Parabenizo também, em nome do Professor Lote, de Maracaju, esse grande projeto que está colocando uma equipe de nosso Estado na Liga Nacional de Basquete Feminino. Nós vivemos um bom momento em nosso Estado com relação

a algumas modalidades esportivas, participando de competições nacionais. Nós temos o Clube Juventude, que é da Cidade de Dourados e que está representando Mato Grosso do Sul na Liga Nacional de Futsal. Em nome do Tiago, quero cumprimentar toda a diretoria, mas ele é que foi o idealizador do projeto. Nós, de uma forma ou de outra, estamos procurando incentivar a participação do Clube Juventude; a Fundesporte também está apoiando. Então a gente fica feliz em ver essa equipe na Liga Nacional de Futsal. No próximo ano teremos então o Clube Maracaju Atlético Clube, que vai representar Maracaju e o Estado de Mato Grosso do Sul na modalidade de basquete feminino. Provavelmente Maracaju também vai ter uma equipe de voleibol de nível nacional. Isso se deve ao empreendedorismo desses presidentes, desses diretores e, no caso de Maracaju, do Professor Lote, e também do apoio ao Governo do Estado por meio da Fundesporte, que procura viabilizar esses projetos tão importantes. Então parabenizo todos esses diretores, e agradeço ao Governador, Reinaldo Azambuja, ao Professor Marcelo Miranda e também a todos os empresários que estão dando apoio para que o nosso esporte seja recolocado mais uma vez no cenário nacional em uma forma de destaque. Eu voto favorável e agradeço aos colegas.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Em tempo. Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, agradeço o voto de todos os colegas. Por unanimidade são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 171/2021. Autor: Poder Executivo. “Autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que menciona, nos termos que especifica”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Evander Vendramini. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 171/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu só queria aproveitar a oportunidade para agradecer as palavras do Deputado Amarildo Cruz, que mencionou que a gente está brigando pela redução de impostos, e também dizer ao Deputado Eduardo Rocha que acho muito interessante ele defender o Governador, Reinaldo Azambuja, dizendo que as medidas duras foram aprovadas nesta Casa e que agora o Estado tem fôlego para pagar os servidores em dia. Mas eu pergunto, Deputado Eduardo Rocha: isso foi feito a que custo? Aumentando ITCD, Fundersul e ICMS da gasolina. É muito fácil dizer isso quando é o contribuinte comum que carrega e paga essa conta. Quem deveria ser parabenizado é o contribuinte, o pagador de impostos. Mas, voltando à votação, Presidente, eu sou favorável. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Obrigado pela gentileza, Deputado Capitão Contar. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Em tempo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Em tempo,como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Em tempo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Em tempo, como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai à segunda discussão. Senhores Deputados, antes de encerrar a Ordem do Dia, eu gostaria de solicitar o apoio de Vossas Excelências, pois ainda falta um projeto que é receita para o Estado, para aplicação na área social. Eu gostaria de fazer acordo de lideranças, porque a CCJR se reuniu hoje, mas o parecer não ficou pronto. Então estamos pedindo isso aos senhores líderes, o acordo de lideranças para votar um assunto da Lotesul. A Lotesul está voltando, com lei federal já aprovada; e nós temos que aprovar a nossa, pois com essa regulamentação, a receita da Lotesul, vai possibilitar aplicação na área social; e isso é importante para o Retoma MS. Eu solicito o acordo de lideranças com o Deputado Londres Machado, líder do G-10. Deputado Londres Machado, para que seja colocado na CCJR, em uma reunião extraordinária amanhã, antes da sessão. Já está combinado com o Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique, vice-líder. Vossa Excelência também pode me ajudar se o Deputado Londres Machado não estiver. Você pode votar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Por não enxergar a presença do Deputado Londres Machado e na condição de vice-líder, quero facilitar e ajudar Vossa Excelência dando o nosso “de acordo” pela realização do acordo de lideranças.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado João Henrique. Posso colocar também Vossa Excelência como proponente?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Pode colocar.

PRESIDENTE - Líder do G-9, o Deputado Marcio Fernandes, acordo de lideranças para colocar na CCJR amanhã, antes da sessão. Deputado Marcio Fernandes. Estando ausente, Deputado Neno Razuk, consulto Vossa Excelência como vice-líder do G-9. Está de acordo, Deputado?

DEPUTADO NENO RAZUK - Senhor Presidente, estou de acordo.

PRESIDENTE - O senhor também pode ser colocado como autor do projeto, Deputado?

DEPUTADO NENO RAZUK - Pode contar comigo, Presidente.

PRESIDENTE - Do PSDB, o Deputado Professor Rinaldo está de acordo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - De acordo, Presidente.

PRESIDENTE - Pode ser autor também, Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Ok, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - A líder do Governo, Deputada Mara Caseiro, está de acordo?

DEPUTADA MARA CASEIRO - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Pode ser autora também, Deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Claro. Com certeza.

PRESIDENTE - Na sequência, o Deputado Herculano Borges; pode ser autor?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Eu sou favorável. Na sequência eu gostaria de pedir pela ordem, para solicitar que fosse incluído nesse acordo de lideranças, ou que fizéssemos em um próximo das lideranças religiosas, para ser colocado na pauta de amanhã também.

PRESIDENTE - Antes de colocar o segundo em votação, e antes de passar a palavra para outro Deputado, quero consultar o relator dos dois projetos. O Deputado Eduardo Rocha consegue estar com os dois pareceres juntos para amanhã entrarem em votação nesta reunião extraordinária que eu vou solicitar ao Presidente da CCJR?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, se o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Deputado Gerson Claro, solicitar uma extraordinária para amanhã, eu entrego os dois pareceres amanhã cedo.

PRESIDENTE - Então eu acho que ficam contemplados os dois únicos projetos que ficaram pendentes. Deputado Gerson Claro, está de acordo com a reunião extraordinária de amanhã?

DEPUTADO GERSON CLARO - Senhor Presidente, eu queria só responder à questão de ordem do Deputado Herculano. No caso do Lotesul é necessário acordo de lideranças. No caso do outro projeto que envolve a prioridade para pastores e membros religiosos, não é necessário, porque ele já cumpriu um

período de pauta. Portanto precisamos somente desse acordo de lideranças que o senhor está encaminhado. Então, eu já convoco a CCJR para amanhã, às oito horas e quarenta minutos, impreterivelmente, somente para encerrarmos o semestre com o sucesso, votando esses dois projetos. Desde já agradeço a disponibilidade do Deputado Eduardo Rocha, relator, que recebe o projeto em um dia e no outro já trabalha para fazer o relatório; isso é muito importante para a Casa. Então, já está convocada a CCJR para amanhã, às oito horas e quarenta minutos, Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Gerson Claro, é por isso que nós temos uma Assembleia plural. Nós temos aqui um consultor jurídico, Vossa Excelência é um "data vênia"; e eu acabei de ter uma discussão política com o meu amigo Deputado João Henrique. Eu acho que é isso que faz a gente progredir. Por isso quero dizer a Vossa Excelência que há uma interpretação na Mesa de que nós temos que fazer um acordo de lideranças, sim, porque nesta Sessão Extraordinária não estava combinado. Então, para ficar tudo certinho, eu gostaria de fazer um acordo de lideranças para não haver questionamento, se Vossa Excelência me permite.

DEPUTADO GERSON CLARO - Sem problemas, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Eu posso colocar o senhor como autor, Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Nos dois.

PRESIDENTE - Consulto o Deputado Eduardo Rocha, relator dos dois projetos. Posso colocá-lo como autor?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Consulto o ilustre Deputado Amarildo Cruz. Está de acordo em ser autor do projeto?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - De acordo.

PRESIDENTE - Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - De acordo

PRESIDENTE - Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - De acordo.

PRESIDENTE - Havendo concordância de todos e os quatro líderes, vou colocar na reunião extraordinária neste momento a convocação do Senhor Presidente, o Deputado Gerson Claro, para encerrarmos bem o nosso semestre, para não deixarmos pendências. Fica convocada para amanhã. O segundo projeto está sendo

solicitado pelo nosso Segundo-Secretário e por várias lideranças, para também ser colocado em votação. “Dispõe sobre a prioridade de imunização de representes religiosos no programa de vacinação contra a Covid-19, no Estado de Mato Grosso do Sul”. Ele também não estava pronto, mas está ficando pronto agora. O relator é o Deputado Eduardo Rocha. Solicito acordo de lideranças. Líder do Bloco G-10, Deputado Londres Machado? Não está. Estou vendo presente o ilustre amigo Deputado João Henrique. Posso fazer acordo de lideranças nesse sentido para os líderes religiosos?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Sou favorável ao acordo de lideranças, Presidente.

PRESIDENTE - Vossa Excelência também pode ser autor Deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Também posso ser autor.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Líder do G-9, Deputado Marcio Fernandes. Não está. Deputado Neno Razuk, está de acordo para colocar em votação amanhã também esse projeto?

DEPUTAOD NENO RAZUK - Estou totalmente de acordo. É muito importante a urgência. Pode contar comigo também como autor, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, amigo. Obrigado, meu irmão. O líder do PSDB também solicitou. Deputado Professor Rinaldo, está de acordo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Sim, Senhor Presidente. Estou de acordo.

PRESIDENTE - Eu o coloco como autor, também, Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - A líder do Governo, Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Pode ser autora, Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Com certeza, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Herculano Borges, pode ser autor?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Com certeza, Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Eduardo Rocha, relator do projeto?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - De acordo, Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Antonio Vaz, que também me solicitou?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - De acordo, Senhor Presidente, com certeza.

PRESIDENTE - Falta um. Deputado Evander Vendramini, está de acordo para ser autor?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - De acordo, Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu gostaria da cópia...

PRESIDENTE - Pois não, Deputado Evander Vendramini

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - ...desses dois projetos que fizemos acordo de lideranças. Se puder, envie-me depois, para lermos.

PRESIDENTE - Em dez minutos estará no WhatsApp. O Deputado Eduardo Rocha faz questão também, de depois franquear o parecer, antes da sessão, para que todos saibam. Então está convocada pelo Presidente Gerson Claro uma reunião extraordinária da CCJR, para terminarmos bem o nosso semestre, tendo analisado todos os projetos que vieram a esta Casa.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Que horas amanhã, Senhor Presidente? Às oito horas e trinta minutos?

PRESIDENTE - Pelo que foi colocado aqui, sim. O Deputado Eduardo Rocha confirmará.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Vai estar à disposição de todos, não é, Senhor Presidente?

PRESIDENTE - Vai estar à disposição de todos ainda hoje. O Deputado Eduardo Rocha está nos dizendo aqui. Item 6 da Ordem do Dia. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quarenta indicações, uma moção de apoio e

trinta moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Clarindo Alvorada. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do Senhor Soner dos Santos Junior. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor João Baptista Esmela Curvo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento do Senhor Clemêncio Frutuoso Ribeiro. Eu gostaria de solicitar ao Deputado Amarildo Cruz, que é o autor desse requerimento de moção de pesar, que a gente fizesse isso pela nossa Casa, porque o Ribeiro era amigo de todos. Vossa Excelência está de acordo, Deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Totalmente de acordo, Senhor Presidente. Com certeza.

PRESIDENTE - De acordo. Eu acho que o Plenário também está de acordo. Eu gostaria de transformar em nome da Casa. O Deputado Lidio Lopes fez um requerimento de moção de pesar no mesmo sentido, e eu gostaria de fazer só um aos familiares do Ribeiro. Moção de pesar, de autoria do Deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento do Senhor Neves Barboza. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O primeiro inscrito é o Deputado Herculano Borges; o segundo, o Deputado Barbosinha; o terceiro, o Deputado Professor Rinaldo; o quarto, o Deputado Pedro Kemp; o quinto, o Deputado Lídio Lopeso.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Não, Senhor Presidente, eu pedi antes de Vossa Excelência encerrar a moção de pesar; não era para me inscrever nas Explicações Pessoais. Está no sistema, Senhor Presidente, uma moção de pesar que eu fiz aos familiares do ex-desembargador Athayde Nery. Eu tive a oportunidade de ser vereador junto com o seu filho, Athayde. O ex-desembargador Athayde Nery tem um longo histórico neste Estado, então eu fiz a moção de pesar; e também apresentamos hoje a do Robalinho.

PRESIDENTE - Deputado Lidio Lopes, eu gostaria de solicitar que fosse feita essa moção de pesar, pois tem várias outras proposituras.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu também fiz solicitação no mesmo sentido, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Amarildo Cruz, Deputado Lidio, então a gente junta.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Inclusive a do Procurador Robalinho, Senhor Presidente, que faleceu também.

PRESIDENTE - Como?

DEPUTADO LIDIO LOPES - A do Procurador Robalinho.

PRESIDENTE - Do procurador Robalinho eu também fiz, Deputado, perfeitamente. Se Vossa Excelência permitir, faremos essa moção de pesar em nome da Casa, para a família do Procurador Robalinho.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Para me inscrever, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O Deputado Amarildo Cruz é o sexto inscrito.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Para me inscrever, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O Deputado João Henrique é o sétimo inscrito.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Para me inscrever, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O Deputado Renato Câmara é o oitavo inscrito.

DEPUTADO FELIPE ORRO - A moção de pesar do ex-desembargador Athayde Nery foi transformada em nome da Casa?

PRESIDENTE - Foi transformada em nome da Casa, com a aquiescência do Deputado Lidio Lopes e dos pares, Senhor Deputado.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Parabenizo o Deputado Lidio Lopes, e também quero assinar.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Herculano Borges. Solicito, antes de Vossa Excelência

começar, que o Deputado Eduardo Rocha assuma a Presidência neste momento, conforme combinado com ele. Sempre nas Explicações Pessoais vou deixar que ele assuma a pedido dos Senhores Deputados; certo, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Temporariamente, Senhor Presidente;

PRESIDENTE - O horário é propício; vou passar para ele então. Obrigado, Senhores Deputados. Até amanhã, se Deus quiser.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Obrigado, Senhor Presidente e todos os colegas Deputados. Senhor Presidente, vou ser breve. Vou fazer a leitura das moções de pesar. Moção de pesar aos familiares do Senhor Athayde Nery de Freitas, desembargador aposentado, pelo seu falecimento aos noventa anos, no dia 3 de julho, nesta Capital. Foi pessoa muito respeitada, pai do nosso colega vereador de Campo Grande, Athayde Nery. Que Deus conforte o coração de toda a família neste momento de dor. Já foi transformada pela Casa. Quero também destacar o falecimento do nosso amigo, também vereador, Clemêncio Frutoso Ribeiro, o Ribeirinho. Eu o conhecia, era uma pessoa pela qual a gente tinha um carinho muito especial e que faleceu de Covid-19. Por último, Senhor Presidente, tenho uma moção de congratulação, encaminhada ao Senhor Adelaido Luis Espinosa Vila e ao Senhor Jonimar Guimarães – O Senhor Adelaido é Presidente da CDL de Campo Grande, e o Professor Jonimar é responsável pela Associação de Academias de Mato Grosso do Sul – pela realização do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Exercício Físico, que foi realizado nesse sábado, aqui em Campo Grande. Era só, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado. Com a palavra, o Deputado Barbosinha. Vossa Excelência disporá de dez minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, Deputado Eduardo Rocha, colegas Parlamentares, público que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia, pelas redes sociais, inicio dirigindo meu fraterno abraço ao meu querido amigo, irmão Athayde Nery, que foi meu colega de faculdade na década de 1980, quando ele era oficial de justiça na Cidade de Dourados, pelo falecimento do seu saudoso pai, o ex-desembargador Athayde Nery, uma marca de trabalho no Judiciário deste Estado. Meu fraterno abraço a ele e a todos os seus familiares, rogando a proteção de Jesus. Senhor Presidente, tenho uma indicação e gostaria de contar com o apoio dos colegas Parlamentares, pois considero importante. Dirijo uma indicação, porque se fizesse por projeto de lei teria vício de iniciativa. Indicação dirigida ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, ao Senhor Felipe Matos de Lima Ribeiro, Secretário de Estado de Fazenda, solicitando a implantação de um Programa de Recuperação Fiscal (Refis), referente a multas, licenciamentos e Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Vou dar os números aqui, para que Vossas Excelências vejam a dimensão desse problema. Mato Grosso do Sul tem uma frota estimada em um milhão seiscentos e oitenta e cinco mil novecentas e sessenta e oito veículos. Destes, Deputado Eduardo Rocha, seiscentos e trinta e quatro mil e

oitenta e nove constam com débito em atraso só de IPVA. Então, de uma frota de um milhão, seiscentos e oitenta e cinco mil, mais de seiscentos e trinta e quatro mil apresentam débitos. Para se ter uma ideia, Dourados tem uma frota de cento e sessenta e sete mil, cento e noventa e três veículos, sendo que praticamente cinquenta e cinco mil têm débitos atrasados de IPVA; e não tem lugar para guardar esses carros. Penso ser medida de inteligência do Governo do Estado implantar um programa de recuperação fiscal com retirada de juros e parcelamento; não aquele autorizado no sistema. Porque esse feito no cartão não atende aos trabalhadores, principalmente neste momento de pandemia que ainda estamos vivendo severas dificuldades. Então, isso é interessante para o Governo, porque irá arrecadar, e também porque propicia a essas pessoas, que às vezes têm a sua moto ou seus veículos apreendidos; eles os abandonam, nos pátios do Detran e de empresas que recebem para poder guardar esses veículos. Lá esses bens apodrecem e viram criadouros de mosquitos da dengue, porque essas pessoas não têm condições de pagar o pátio do Detran, o guincho e todas essas despesas depois das apreensões, Deputado Neno Razuk. Então, seria importante o apoio de todos os Parlamentares, para que a Secretaria de Estado de Fazenda e o Governo do Estado criem um Refis especial, voltado especialmente para os veículos de Mato Grosso do Sul. É essa a indicação.

DEPUTADO NENO RAZUK - Concede-me um aparte, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Sim, Deputado Neno Razuk. Com a maior satisfação.

DEPUTADO NENO RAZUK - Primeiramente eu queria parabenizá-lo pela iniciativa e destacar essa questão de uma maneira nova de parcelamento, para que o Governo arrecade e que as pessoas possam se regulamentar, porque da maneira como é feito hoje, no cartão de crédito, muitas pessoas não têm cartão de crédito, portanto não conseguem fazer esse pagamento. Então seria interessante estudar uma forma de pagamento via boleto bancário, um parcelamento direto ou alguma outra maneira, como eu já destaquei em sessão anterior, dando razão a tudo que o senhor falou. Parabenizo Vossa Excelência pela iniciativa. Estou à disposição do colega Deputado Barbosinha para lutar para que as pessoas possam se regularizar. Obrigado, Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu agradeço, meu amigo Deputado Neno Razuk, e incorporo seu aparte. É fundamental que esse parcelamento seja feito com modalidades, e quem quiser fazer no cartão, que possa fazê-lo, mas que seja principalmente no boleto; porque a modalidade que é autorizada hoje não socorre aqueles que necessitam fazer esse pagamento. Outra indicação que estou fazendo é endereçada ao Governador Reinaldo Azambuja e ao Senhor Antônio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao Senhor Adriano Geraldo Garcia, Delegado-Geral da Polícia Civil, solicitando a regularização das promoções dos policiais civis do Estado de Mato Grosso do Sul. Com relação aos

policiais militares e aos bombeiros, nós já fizemos, e agora estamos rogando que seja regularizada a promoção dos policiais da carreira de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul. Tivemos a oportunidade de ouvir o Governador dizer, no lançamento do Programada Obtenção de Capacidade Operacional Plena (Ocop), da Polícia Militar, que até outubro estará encaminhando para esta Casa Legislativa um projeto objetivando a recomposição da questão salarial. Então, a Polícia Civil também precisa, da mesma forma que eu mencionei sobre a Polícia Militar e os Bombeiros; enfim, todas as categorias de trabalhadores. A gente espera ter o olhar do Governo do Estado com essa recuperação que o Estado teve e com o desempenho desta Casa Legislativa para auxiliar o Estado. Eu falei com relação à Polícia Militar, aos Bombeiros Militares e à própria Polícia Civil, pois há um investimento importante do Governo em equipamento e estruturação. Mas eu acho que neste momento nós temos que voltar os nossos olhos para o ser humano; não existe farda que caminhe sozinha, distintivo que trabalhe sozinho, nem arma que funcione sem o elemento humano. E são exatamente esses trabalhadores que sustentam a estrutura do Estado. Finalizando, Presidente, eu agradeço pela oportunidade.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Permite-me um aparte, Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Sim, Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Primeiro agradeço a concessão do aparte, e me somo a esse encaminhamento, a essa reivindicação que Vossa Excelência faz ao Governo do Estado e ao Doutor Felipe Matos, que é o nosso competente secretário, para que realmente viabilize a possibilidade. Primeiramente nós vamos resolver um problema, já que não podemos legislar com relação à questão de acautelamento dos carros que foram apreendidos, porque existe a questão do Estado democrático de direito e a questão da judicialização. Enquanto não transitar em julgado, essa pessoa pode requerer esse bem, não é verdade? Essa reivindicação de Vossa Excelência é muito interessante, porque nós vamos eliminar um criadouro de dengue e de outras patologias. Eu acho que o Governo do Estado, com a sensibilidade que tem, a terá como uma proposta interessante. Num segundo momento é quanto à questão de humanizar. O Governo do Estado assumiu o poder num momento atípico da história. Depois da Crise de 1929, tivemos nos Estados Unidos a de 2015, que foi uma das piores, praticamente, ou nesse lapso temporal. E foi justamente nesse momento que o Governador Reinaldo Azambuja assumiu o Governo de Mato Grosso do Sul. Então, hoje o Estado vive, graças a Deus, sendo uma referência em nível nacional. Eu acredito que estamos em um momento importante para o atendimento ao lado humano dos nossos servidores, e tenho certeza que isso haverá de acontecer. Agradeço e parabenizo Vossa Excelência pela discussão que traz neste momento.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu agradeço, Deputado Professor Rinaldo, e agradeço ao Deputado Eduardo Rocha pela oportunidade de me manifestar nesta manhã sob a Presidência de Vossa Excelência. Um fraterno abraço a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Barbosinha. Um grande abraço. Com a palavra, o Deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, primeiramente é um prazer tê-lo mais uma vez no comando da Casa. A gente tem um carinho especial pelo seu jeito, pela sua simplicidade e pela sua postura. Ao mesmo tempo quero fazer um agradecimento pelo parecer que Vossa Excelência haverá de entregar amanhã, com aquiescência de todos os colegas. Senhor Presidente, o mundo foi brutalmente assolado por esta pandemia, pois desde a confirmação dos primeiros casos deixou inúmeras famílias impossibilitadas de agir, sonhos e projetos foram interrompidos e houve perdas de entes queridos. Não obstante, Senhor Presidente e demais colegas, a inexistência de vacina medicamento eficaz para combater essa agressiva doença privou o cidadão de sua liberdade constitucional, do direito de ir e vir; e logo os Governos Federal, Estadual, Municipal foram forçados a adotar medidas sociais drásticas para evitar o alastramento deste devastador coronavírus, causador da Covid-19. Sendo assim, diante desses acontecimentos, é imperioso e pertinente prestar uma homenagem à memória dos cidadãos que faleceram vitimados pelo coronavírus, e logo esse dia deverá anualmente ser lembrado por todos, para que isso sirva de lição para toda a humanidade. Aqui no Estado, o primeiro óbito causado pela Covid-19 foi dia 31 de março de 2020. A vítima foi uma mulher de sessenta e quatro anos, residente no Município de Batayporã, que estava internada em um hospital particular em Dourados. Diante desses fatos, eu gostaria de apresentar um projeto de lei que institui o Dia Estadual em Memória das Vítimas da Covid-19, a ser lembrado no dia 31 de março, que foi justamente a data do primeiro óbito aqui. Este é um encaminhamento que faço à Mesa Diretora. Outro encaminhamento é uma moção de congratulação ao barbeiro e escritor Cleiton Thomas da Luz, conhecido como Thomas, o barbeiro, isso pelo seu trabalho social realizado na ministração de cursos e treinamentos para barbeiros no combate à depressão e ao suicídio. Da mesma forma que o Deputado Barbosinha falou com relação ao falecimento do nosso querido ex-desembargador, que também foi professor universitário, pai do Athayde Nery de Freitas, que foi meu colega vereador na Cidade de Campo Grande. Eu sei, Senhor Presidente, que será encaminhada uma moção de pesar em nome da Casa, mas eu quero externar o meu sentimento de tristeza e de pesar a todos os familiares do ex-desembargador Athayde Nery, e em especial ao meu amigo Athayde, meu colega vereador, ex-secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso do Sul. Também quero me solidarizar com os familiares do Doutor Robalinho, procurador do Ministério Público e, em especial, com Vossa Excelência, que é muito amigo do Defensor Público e Vereador Robalinho, da Cidade de Paranaíba. Muito obrigado, Senhor Presidente. Que Deus abençoe e conforte os corações de todos eles.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Professor Rinaldo. Obrigado pelas palavras gentis. É verdade que sou muito amigo do nosso querido defensor público e Vereador Andrew Robalinho, que teve essa perda muito triste do seu irmão, que é um conhecido morador. A gente fica entristecido com

essas perdas que a gente tem ao longo da vida. Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria repercutir uma situação bastante grave e lamentável que vem acontecendo na rede pública de saúde aqui da Capital, Campo Grande. Ontem um professor universitário me ligou dizendo que uma funcionária sua procurou a rede pública de saúde por meio de uma unidade de saúde. O médico solicitou a realização de alguns exames. Ela fez os exames e retornou ao posto de saúde. Então remarcaram o seu retorno, vejam bem, para o dia 10 ou 12 de dezembro. Eu fiquei pensando: se essa pessoa tem uma doença grave, se tem a suspeita de uma doença grave e o seu retorno será daqui a seis meses, provavelmente ela não terá mais condições de fazer um tratamento para salvar a sua vida. Essa reclamação é constante. Muitas pessoas nos procuram dizendo que primeiro é um sacrifício marcar alguns exames na rede pública de saúde aqui em Campo Grande. Elas têm colocado para nós que demora muito tempo para o agendamento de determinados exames mais complexos e mais específicos; e quando realizam o exame, o retorno para o médico também demora meses. Eu acredito que essa situação merece uma atenção especial do Poder Executivo Municipal, porque na campanha eleitoral do ano passado, na condição de candidato a prefeito, eu fiz muito esse debate sobre a rede pública de saúde de Campo Grande, que é uma rede numerosa, porém há muitas deficiências que precisam ser corrigidas. A prefeitura precisa dar uma atenção maior à rede pública de saúde. Nós estamos em plena pandemia, e com a pandemia ainda algumas situações ficaram mais graves no atendimento à população. Mas o que eu trago aqui é a necessidade de um centro de exames e diagnósticos mais eficaz, que possa de fato atender com maior agilidade a demanda por exames da população da Capital. Campo Grande concentra praticamente um terço da população do nosso Estado, e necessita de uma modernização da sua rede de saúde quanto à realização de exames. Portanto é necessário um centro com unidades na Capital para facilitar o acesso da população para realizar esses exames num prazo mais curto, para que as pessoas possam ter o diagnóstico das suas enfermidades e fazer o agendamento do seu tratamento em um tempo mais curto do que está sendo feito hoje. Eu acho um verdadeiro absurdo a pessoa realizar um exame, estar com o resultado em mãos, e ter que aguardar seis meses para o retorno ao médico, para que ele possa prescrever o tratamento.

DEPUTADO BARBOSINHA - Permita-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Nós estamos vendo agora a Capital recapeando asfalto de ponta a ponta, de norte a sul, de leste a oeste, no centro da cidade; que maravilha! Mas não é só de asfalto que vive o povo, pois não é só recapeamento de asfalto de avenidas e de ruas que nós temos necessidade. É muito importante que algumas áreas sejam prioridades da administração, e mais do que nunca agora, durante a pandemia, nós estamos percebendo o quão importante é o poder público priorizar os investimentos, a organização e a estruturação de uma rede pública de saúde eficiente, moderna para a atender a sua população. Inclusive, Deputado Barbosinha, neste domingo, o Papa Francisco, que passou por uma cirurgia,

apareceu no balcão do Hospital Genelli, na Itália, e fez um elogio ao sistema público de saúde. Ele defendeu que os governos invistam na rede pública de saúde, nos seus Estados, nos seus países, porque, de fato, essa é uma prioridade número um, número zero, ou seja, o cuidado com a população e a defesa da vida, a promoção da vida, visto que as pessoas precisam ser tratadas com dignidade. O que acontece muitas vezes é uma verdadeira violência o que passam as pessoas para conseguirem atendimento médico, tratamento adequado para as suas enfermidades e até mesmo para a realização de um diagnóstico. Então eu quero aqui repercutir essa ansiedade, essa indignação das pessoas que me procuram para poder ter um atendimento mais adequado na rede pública de saúde da Capital. Concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado Pedro Kemp, eu agradeço pela concessão do aparte. Eu queria aqui falar um pouquinho de Dourados. Nós estamos vivendo momentos terríveis, do ponto de vista de saúde pública, na segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, a Cidade de Dourados. A percepção que a gente tem, Deputado Pedro Kemp, é que só existe Covid-19 e que as outras patologias não existem mais, ou seja, problema de fígado, de rim, intestino, coração, pulmão, etc. Há uma imensa dificuldade, Deputado Pedro Kemp. Em uma semana eu me deparei com dois casos de senhoras idosas, diabéticas, caso de provável indicação de amputação de perna, e a necessidade de fazer um exame de arteriografia. Como você vai fazer uma amputação sem o exame, sem mostrar para a família que aquele ato de violência, de retirar um membro, que é uma coisa terrível para a vida da pessoa e para os seus familiares, sem o exame que dá essa indicação? Eu tive que interferir em dois casos. O que acontece? O paciente se interna no Hospital da Vida, mas o Hospital da Vida não tem como realizar arteriografia e não tem pactuado dentro do sistema a realização desse exame. Aí o médico cirurgião fica numa situação terrível, porque se ele não amputar pode levar o paciente à morte. Então ele precisa ter esse documento para se garantir, inclusive contra ação de responsabilidade civil, porque o único hospital que faz é o Hospital Evangélico. Se o paciente entra no Hospital Evangélico, lá ele tem arteriografia, porém às vezes não tem vaga. Então ele entra em outro sistema onde não é pactuado com o SUS a realização desse exame. Esse é um item. Assim eu tenho observado o que passa o povo pobre, que depende do sistema de público de saúde, com essa questão da realização do exame diagnóstico. Esse povo tem sido realmente muito penalizado. Eu queria incluir Dourados, e acredito que outras cidades de Mato Grosso do Sul estão vivenciando o mesmo problema. Ontem eu mandei para o Secretário Geraldo Resende relatos dessas circunstâncias, pedindo a intervenção, porque nós estamos vivendo momentos terríveis. Eu tenho evitado fazer comentários desse aspecto, até porque quando a gente perde uma eleição, Deputado Pedro Kemp, às vezes se debita a manifestação dizendo que você está fazendo ao "ranço"; e esse não é meu o caso. Eu perdi a eleição, assim como Vossa Excelência, mas não perdi meu compromisso com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a minha querida Dourados. Eu quero que a cidade progrida, que o prefeito faça um bom trabalho, faça uma boa gestão, uma boa administração; e estou ajudando para que isso ocorra. Mas é preciso ter sensibilidade. O asfalto é importante, as obras físicas são importantes, os equipamentos são importantes, mas, em primeiro lugar estão as pessoas; é para elas

que nós estamos aqui, e é para elas que existe o Executivo. Eu agradeço pela concessão do aparte e parabenizo Vossa Excelência por essa manifestação.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero incorporá-lo integralmente à minha fala. Quero destacar duas questões que Vossa Excelência colocou aqui: realmente parece que agora só temos problemas de Covid-19 na rede pública de saúde. Mas tem muita coisa represada, há muitas demandas represadas, cirurgias eletivas, pessoas que estão há muito tempo, há anos aguardando por uma cirurgia eletiva e por realização dos exames. Era essa a questão que eu estava colocando. Então não é só Covid-19, mas há muitos problemas de saúde que precisam da atenção do poder público. O segundo ponto que quero destacar na fala de Vossa Excelência é que assim como Vossa Excelência foi candidato a prefeito em Dourados, eu fui candidato a prefeito em Campo Grande. E não estou, de forma alguma, fazendo uma fala por revanchismo, uma oposição irresponsável, mas estou somente repercutindo reclamações e reivindicações que a população me traz. E essas pessoas estão trazendo essas questões para que nós possamos fazer o uso da tribuna na Assembleia Legislativa e levar suas reivindicações ao poder público municipal. O que eu estou pedindo é que a Prefeitura de Campo Grande olhe com carinho para essa questão da necessidade de ampliar os exames e diagnósticos, para que a população possa ter um resultado mais ágil, um tratamento mais ágil. Eu disse que uma pessoa fez os exames e remarcaram o seu retorno para dezembro, daqui a seis meses; eu acho isso um absurdo para uma pessoa que está doente, precisando de tratamento, demorar meses para fazer o exame; e depois de feito, esperar seis meses para ter o retorno ao médico. O que eu coloquei é que Campo Grande precisa de uma prioridade para a saúde, não somente asfalto. Existe asfalto esparramado por todo lugar, obras em todos os lugares, mas, como disse o Deputado Barbosinha, a vida está em primeiro lugar. Se o Deputado Eduardo Rocha permitir, concedo um aparte a Vossa Excelência, porque acho que meu tempo se esgotou.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Vou permitir, Deputado Pedro Kemp. Deputado Lidio Lopes, seja breve, porque nós temos mais quatro Deputados inscritos. O tempo já se esgotou, mas Vossa Excelência tem um minuto.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Só quero dizer aos Deputados Pedro Kemp e Barbosinha que nós sabemos que a saúde é complexa, é vasta, e as demandas são muito grandes. Mas eu faço parte do Conselho Nacional de Vacinação. Algumas determinações vêm de cima para baixo, vêm do sistema da Anvisa, do Ministério da Saúde; e uma delas é a suspensão, Deputado Pedro Kemp, de cirurgias eletivas em todo o País. Por quê? Porque chegamos em um momento em que não tínhamos sedativos, não tínhamos anestesias; e todo o material disponível era para ser usado somente na Covid-19, porque o paciente entubado necessita de anestesia e de sedativo para ser mantido entubado. E agora, com a diminuição, nós tivemos todas as unidades de saúde superlotadas, com pacientes entubados na UPAs, por não termos mais vagas nas unidades hospitalares, também por falta de médicos intensivistas, de profissionais da saúde que não aguentavam mais, ou seja, isso é uma consequência

de fatores que leva todo o sistema a ficar estrangulado. O que acontece hoje com o sistema de exames? Existe uma fila de prioridade; então o cidadão vai, faz a consulta, faz exame; e dependendo da necessidade, da urgência, da emergência do exame, ele vai ser encaminhado. Se não for uma urgência ou emergência será postergado, para dar prioridade para urgência ou emergência, que são justamente aqueles pacientes que estão perto da morte. Não tem jeito. Então esse sistema não está assim só aqui em Campo Grande, mas é o próprio sistema nacional que está estrangulado. Para vocês terem uma ideia, eu estou, pós-Covid-19, consumindo medicamentos para questões de taxa glicêmica e diabetes que não existem na rede farmacológica; o laboratório não está conseguindo fabricar por falta de insumos para produção do medicamento; e não tem nenhum para substituir. Então isso é um problema nacional e mundial. Obrigado pelo aparte.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado. Deputado Pedro Kemp, conclua.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu encerro, Senhor Presidente, apenas para reiterar minha reivindicação, um apelo que faço aqui ao Executivo Municipal, para que dê uma atenção à expansão da rede de exames e diagnósticos. Acho que tem uma demanda represada muito grande, apesar das observações feitas pelo Deputado Lidio Lopes, dizendo que com a pandemia muitos medicamentos hoje estão em falta e a rede ficou até estrangulada. Mas a questão vem diminuindo agora; e acho que é preciso o município retomar algumas atividades da rede pública de saúde e atender essa demanda reprimida. Agradeço os colegas Deputados e encerro aqui, Senhor Presidente. Obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK - Senhor Presidente, se o senhor puder me dar um minuto dentro do tempo já extrapolado do colega Deputado Pedro Kemp, eu agradeço.

PRESIDENTE - Deputado Neno Razuk, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que fosse bem rapidinho, porque nós temos colegas esperando para falar.

DEPUTADO NENO RAZUK - Eu sei, vai ser muito breve mesmo, Senhor Presidente. Obrigado pela concessão. Obrigado, Deputado Pedro Kemp. Eu só quero dizer que depois de exames feitos, não tem justificativa para uma demora de seis meses para dar o diagnóstico da pessoa. Às vezes é caso de um tratamento simples, que pode evitar uma doença muito mais grave que vai trazer muito mais custo para a família e para o Estado. Quero dizer também que situações graves acontecem, como o Deputado Pedro Kemp disse, e que precisam de uma intervenção. O colega Deputado Barbosinha disse que evita falar de Dourados, mas em Dourados nós tivemos uma situação extremamente grave, que foi o caso de um fura-fila, uma pessoa que trabalha com um Parlamentar de Dourados, dentro da Câmara, que furou fila com um médico que também é vereador, e fizeram um procedimento que deixou muitas pessoas para trás. Isso é uma denúncia que já está sendo analisada na Câmara de Dourados, mas que precisa de uma intervenção e de um controle melhor para evitar que essas

pessoas que precisam do atendimento médico sejam deixadas de lado por causa de um conhecimento de alguém que mexe um pauzinho e que resolve os problemas. Todos têm que ser tratados de forma igual. Era só o que eu queria dizer, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputado Neno Razuk. Com a palavra, mas eu não sei se está presente na nossa Sessão, o Deputado Lucas de Lima. Não está! Deputado Amarildo Cruz, Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu apresentei um requerimento, no dia 7 deste mês, endereçado ao Secretário de Estado de Fazenda, Felipe Matos, pedindo informações acerca do funcionamento do conselho de fiscalização dos critérios de divisão de creditamento das parcelas do ICMS dos municípios. Vossa Excelência, na legislatura passada, com certeza acompanhou junto aos demais Deputados que estavam na Casa, quando nós aprovamos lei que regulamentou o artigo 156 da Constituição Estadual, criando esse conselho. Esse era um pleito antigo, e havia uma previsão constitucional que precisava ser regulamentada; e foi o que nós fizemos, criando esse conselho, para que ele pudesse na prática acompanhar a observação da parte do Governo do Estado, em especial da Secretária de Estado de Fazenda, do cumprimento dos critérios para creditamento das parcelas de ICMS devidas aos municípios, que é a quem pertence 25% do ICMS recolhido no Estado. Por conta disso, o conselho passou a funcionar a partir de 2016 e eu fiz esse requerimento de informações porque nós tomamos conhecimento que ele funcionou até 2019. Do final de 2019 para cá, o conselho não funcionou, não se reuniu, sendo que ele é formado por representantes do Governo do Estado, da Secretaria de Fazenda, por representantes da Assomasul e representantes da Assembleia Legislativa. Então, a Assembleia também passou em branco por 2019 e 2020, não realizando nenhuma dessas reuniões do conselho. Até o final da legislatura passada eu era o representante da Assembleia Legislativa nesse conselho. Eu entrei com outro pedido, e digo isso para dar publicidade. Entrei com uma indicação, desta feita ao Secretário de Estado de Fazenda, solicitando a adoção de medidas para disponibilizar ferramentas para acompanhamento desse creditamento do índice do ICMS devido aos municípios do nosso Estado. A mim parece que é muito mais transparente e eficaz que o Estado disponibilize on-line todos os dias, de maneira simultânea, a observação desses critérios da distribuição do ICMS da cota-parte dos municípios; e esses critérios são o valor adicionado nos municípios, ou seja, tudo aquilo que é adicionado de valor, aquilo que é vendido, comercializado no município. E sobre esse valor adicionado tem a participação dos municípios. Outro critério é o número de eleitores, outro é a quantidade de reservas ambientais ou de aldeias indígenas que cada município tem. Outro critério, que foi objeto de uma lei que nós criamos aqui na Assembleia em mandatos passados foi que alteramos o ICMS Ecológico e introduzimos ali uma parte do ICMS Ecológico para distribuição também, pelo nível de eficiência na coleta, no transporte e na destinação final de resíduos sólidos no nosso Estado. Então eu estou fazendo essa solicitação porque se o Estado disponibilizar essa ferramenta, facilitará muito o trabalho desse conselho que nós queremos reativar agora, algo que dá muito mais transparência, porque a observância

desses critérios vai poder ser acompanhada por todos os municípios simultaneamente, tornando muito mais eficaz essa distribuição e aumentando inclusive o controle social sobre isso que nós temos que ter. E não só os municípios poderão acompanhar, mas qualquer cidadão vai poder acompanhar, de qualquer município, para não haver depois discussão, com alguém dizendo que um município foi prejudicado. Muitas vezes o Governo já foi acusado, e isso aconteceu em todos os governos, por alguns municípios que acham que estão sendo injustiçados, prejudicados em benefício de outros, muitas vezes até supostamente por algum tipo de favorecimento político. Então eu faço isso para que se possa ter essa ferramenta disponibilizada, pois ela torna muito mais eficiente a gestão, com controle por parte das prefeituras e um controle social amplo, que faz com que a gente possa dar muito mais transparência e efetividade a essa distribuição. Essa cota-parte é fundamental para todos os municípios, e os municípios dependem fundamentalmente desta participação na distribuição do ICMS; isso inclusive vai diminuir uma série de contendas da área jurídica, porque muitos municípios, ao se sentirem prejudicados, irão recorrer ao Judiciário argumentando possível prejuízo, para que possam receber aquilo que entendem, pelo seu controle, pelas suas contas, que lhes é devido. Então essa ferramenta certamente vai ajudar muito a transparência e o controle da distribuição da cota à parte do ICMS. Por último, Senhor Presidente, o Deputado Felipe Orro não está presente, mas eu estava aqui pesquisando um projeto da autoria dele, que dispõe sobre a proibição de suspensão de fornecimento de energia elétrica durante o período da pandemia. Com certeza isso foi amplamente discutido. Anteriormente o Deputado João Henrique criou um projeto no mesmo sentido, e ele foi arquivado porque não passou na CCJR, porque foi alegada inconstitucionalidade do projeto. Mas posteriormente o Deputado Felipe Orro apresentou esse mesmo projeto, e o projeto ainda está tramitando. E eu acho que o projeto é extremamente positivo. O Deputado João Henrique já acenou aqui, e sabe do que nós estamos tratando. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa tomada, quando eu ainda não estava na Casa, mas quero me associar a esta luta, pois eu acho que é oportuna. Eu quero anunciar que vou fazer uma emenda ao projeto do Deputado Felipe Orro, no sentido de que a gente possa reavaliar novamente a tramitação. E para sair da discussão com relação à juridicidade e constitucionalidade do projeto, nós vamos buscar a manutenção do fornecimento de energia, para ela nem falar em corte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Permite-me um aparte, Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Já vou permitir, Deputado. Vou falar da manutenção do fornecimento de energia, o que é extremamente cabível e necessário neste período de pandemia, principalmente para os pequenos e médios comerciantes que estão em penúria. Hoje nós aprovamos a medida da isenção do IPVA para os setores de bares, restaurantes, pequenos comerciantes, enfim, de uma maneira geral eu acho também que essa questão da manutenção do fornecimento de energia, ou seja, em outras palavras não permitir o corte, a suspensão durante esse período também e uma medida salutar que vem a ajudar então mais uma vez eu parabenizo os Deputados que já tomaram iniciativa neste sentido, João Henrique e Felipe Orro, e

quero me somar, me manifestando publicamente a essa luta, e vou fazer essa observação para contribuir e buscar agilizar a tramitação deste projeto do Deputado Felipe Orro. Pois não, Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Quero apenas cumprimentar Vossa Excelência pelo importante tema e dizer que me somo à sua luta. Eu também gostaria de participar, me somar e ajudar Vossa Excelência na construção dessa emenda, fornecendo meu apoio para que ela possa tramitar.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Já estou encerrando, Deputado João Henrique, e quero agradecer a Vossa Excelência. Certamente vamos construir isso juntos, para que a gente possa fazer com que esse projeto seja aprovado. Muito obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, Deputado João Henrique. Parabéns pela iniciativa mais uma vez.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Amarildo Cruz. Com a palavra, o Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Deputado Renato Câmara, Vossa Excelência falará depois do Deputado João Henrique.

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Obrigado, Senhor Presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Renato Câmara. Eu quero apenas esclarecer, Deputado Pedro Kemp, Deputado Amarildo Cruz, Deputado Renato Câmara, Deputado Eduardo Rocha, que muitos colegas Parlamentares e a imprensa têm nos perguntado sobre a questão de assinatura do nosso requerimento de instauração de Comissão de Parlamentar de Inquérito. Em primeiro lugar, essa Comissão visa a apurar a questão dos fura-filas. E eu gostaria até de chamar de “fura-vidas”, que são aquelas pessoas que indevidamente estão passando à frente de outras, falsificando laudos, inventando situações não existentes, alterando cidades que não possuem domicílio, enfim, uma série de situações que chegaram ao nosso conhecimento. Da mesma forma, essa CPI visa a apurar desvios de finalidades na aplicação de recursos, verbas ou cometimento de improbidade administrativa. Apenas para Vossas Excelências terem ideia do escopo. Porém, o que aconteceu com este Parlamentar, seja culpa de quem for, do sistema da nossa Casa, ou uma falha, não pode ser desconsiderada. Eu venho mostrar para Vossas Excelências a movimentação, para quem quiser conhecê-las, os Deputados, os assessores. Está aqui o Protocolo nº 4685/2021, que está no sistema da Casa. Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência, que sempre foi um fiel fiscal do cumprimento do Regimento Interno, pode acompanhar aqui a movimentação do dia 6 de julho; está dentro do meu gabinete até hoje. Eu sou advogado, eu estudei, e não posso apresentar para o Presidente, não posso dar movimentação num requerimento

que não tem a quantidade mínima de assinaturas; isso é uma barbaridade, e me envergonha na condição de Parlamentar se eu cometesse esse erro crasso, e também como operador do Direito. Também sei, Deputado Amarildo Cruz, que Vossa Excelência detém muito conhecimento. Eu dei entrada no dia 15 de junho; o sistema de nossa Casa caiu. A proposição foi movimentada sem a minha autorização, porque a minha assinatura precisa para ser instaurada no sistema. Caiu o sistema da nossa Casa, e eu vi a movimentação, mandando para a Ordem do Dia. Como eu estava atento, no mesmo dia, e assim permanece, avocado ao gabinete do Parlamentar João Henrique. Então isso que aconteceu comigo interfere na independência dos Parlamentares. A chave da nossa Casa, que nos dá a segurança, que nos dá robustez para fazermos os nossos enfrentamentos é o nosso Regimento Interno. Eu conclamo Vossas Excelências a somarem, a me ajudarem, para que aconteça somente uma situação de retorno do “status quo”. Quem não quiser assinar, quem não quiser participar, quem não quiser entender que precisa fazer esse enfrentamento, principalmente com relação às pessoas que estão furando fila, com relação a desvio de finalidade, com relação a improbidade administrativa, tudo bem! Mas o nosso Regimento Interno, Deputado Pedro Kemp, está aqui. O artigo 171 diz que requerimentos serão verbais e imediatamente despachados pelo Presidente. O inciso VI fala sobre retiradas pelo autor de proposição com parecer contrário ou sem o parecer. O inciso XVII diz que requerimento de Constituição de comissões temporárias, que é a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, o artigo 160 diz que a proposição tem que ser lida, e que não tramitará sem que o gabinete do Parlamentar disponibilize o texto para protocolo. Quando a gente fala da necessidade de termos um sistema eletrônico confiável, de demonstrar essa segurança para as pessoas, a gente precisa começar pela nossa Casa. Se este Parlamentar não tem segurança no sistema, como o processo movimenta o requerimento e sai do meu gabinete sem a minha autorização? Eu estava de olho no dia 6, e avoquei novamente esse requerimento. Então não existe alternativa, colegas Parlamentares, a não ser tornar sem efeito, e Vossas Excelências me ajudarem, porque o Presidente ainda não decidiu a questão de ordem tornando sem efeito a publicação do dia 13. Vejam que até hoje está no sistema o meu requerimento no dia 6. Eu tenho que coletar assinaturas pelo meio digital. Não tem outra forma de fazer isso nessa pandemia, se desde o dia 6 está lá o requerimento. Uma decisão publicada do dia 13 vem tardia. O nosso sistema, a nossa assessoria da Casa, os nossos representantes, na condição de executores, que são diretores da Mesa Diretora, têm que fazer uma avaliação desse fato, porque é muito sério. Esse fato que aconteceu comigo pode acontecer com Vossas Excelências, com qualquer projeto que Vossas Excelências insiram no sistema para coleta de apoio, principalmente, porque o requerimento, conforme o Regimento Interno, de abertura de instauração, quando atingido o quociente mínimo de assinaturas, precisa ser verbal. Não existe. É um absurdo, requerimento digital, porque o nosso Regimento Interno estabelece um rito especifico para instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não há outra alternativa, nós não podemos passar o pano, nós não podemos chegar em um consenso, em um acordo que não seja tornar sem efeito para garantia da nossa atuação parlamentar. Ou nós vamos pegar a chave da nossa casa e vamos dizer para as pessoas que o nosso Regimento Interno não nos dá diretrizes. É isso que eu gostaria que Vossas Excelências entendessem quando digo que nós

colocamos a nossa assinatura, sim. Porque o sistema pede para que você coloque a assinatura para gerar um protocolo. Essas movimentações todas estão no sistema, são públicas. Vossas Excelências podem conferir que é verdade o que este Parlamentar está dizendo. É um absurdo se a gente ultrapassar essa nulidade. É preciso também entender quem foi a pessoa, quem foi o servidor ou de quem partiu a autorização para tirar algo que estava no meu gabinete, inscrito aqui com os protocolos da nossa Casa, avocado ao gabinete do Deputado João Henrique. A manipulação, a inserção de dados diferentes no sistema é crime tipificado pelo artigo 313 "A", do nosso Código Penal. Não pode fazer isso com o Parlamentar, isso está violando a nossa prerrogativa. Eu preciso de vocês, colegas Parlamentares, para colocarem essa situação e a gente corrigir. Quero apenas retornar ao “status quo”; isso não culminar na instauração, mas seria, desculpe aqui a palavra, uma idiotice, uma imbecilidade propor e dar andamento em um requerimento que não tem número legal de assinaturas. Isso seria a mesma coisa que a gente permitir que a sessão funcionasse sem quórum legal. Uso das Explicações Pessoais, por mais redundante que seja, para explicar que o nosso sistema digital precisa de maior segurança e de correção; não quero acusar ninguém, não quero criar confusão. Precisamos da ponderação de Vossas Excelências, para que haja o acolhimento da nossa questão de ordem, que ainda não foi decidida pela Presidência, para que não seja necessária judicialização para cumprimento do que o nosso próprio Regimento Interno determina. Vejam que absurdo, não existe meio digital para dar andamento em um requerimento que deve ser verbalizado pelo Parlamentar, pelo ato do Parlamentar. Vossas Excelências que me desculpem a indignação, que me desculpem se em algum momento me exaltei, mas eu gostaria de deixar aberta a palavra aos Deputados que quiserem se somar nesse tempo que este Parlamentar fala, porque aqui basicamente estamos todos unidos em prol da aplicação do nosso Regimento. Sendo assim, todos ficaremos mais fortes, independentes e tendo uma Assembleia Legislativa cada vez mais produtiva. Obrigado, Senhor Presidente, pela minha fala.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado João Henrique. Não vou entrar no mérito da discussão de Vossa Excelência, mas pelo que eu entendi durante a Sessão, o Deputado Paulo Corrêa, que é o nosso Presidente, debateu com Vossa Excelência e marcou de tratar pessoalmente com Vossa Excelência. Acho que Vossa Excelência perde a razão quando entra em um assunto desse sem que o Presidente esteja aqui para poder falar em nome da Casa, conforme ele havia combinado com Vossa Excelência, conforme ele havia combinado até com o próprio Deputado Capitão Contar, que tinha assinado essa propositura. E vocês haviam combinado de falar lá na Presidência. Acho que Vossa Excelência perde a razão, porque o Presidente não está aqui para poder responder a Vossa Excelência. Somente isso. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Agradeço. Eu esperei até às doze horas para poder falar, Deputado Eduardo Rocha. Estou à disposição para qualquer resolução que sane esse vício.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Vossa Excelência marcou com o Presidente, nobre Deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Ele falou. Eu disse que estou à disposição.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Cumpra o acordo que Vossa Excelência fez com ele, de conversar pessoalmente. Não estou aqui entrando no mérito se Vossa Excelência tem razão ou não, mas eu acredito na lisura do trabalho da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, e nunca esta Mesa Diretora tolheu, podou ou tentou segurar projetos de Deputado algum. Acho que qualquer projeto que entrar aqui, pedido de CPI, ou qualquer coisa, deve ir para o Plenário, deve-se discutir, sim. Se tiver tudo o que é legal para a tramitação, eu duvido muito que o Presidente Paulo Corrêa vá tolher qualquer Deputado desta Casa de exercer o seu mandato, porque o seu mandato na verdade é da população sul-mato-grossense. Obrigado. Deputado Renato Câmara, Vossa Excelência está com a palavra e dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Serão suficientes, Senhor Presidente. Eu gostaria de repercutir uma indicação que eu fiz hoje, no sentido de retornar mais uma vez com a coleta de sangue com uma unidade móvel que existia no passado. Essa unidade móvel do Hemosul fazia um trabalho muito importante, porque ela ia para vários municípios onde existe sistema para o recolhimento de sangue, sendo que muitas pessoas querem doar sangue. E nós, dentro da Frente Parlamentar da Tríplice Epidemia temos discutido a dengue, a chikungunya e a zika todos os anos. Principalmente no local onde a infestação de dengue está maior há pontos críticos de estoque de sangue. Para que esse estoque sempre esteja de acordo, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, é importante fazer uma busca ativa de sangue. Este ano o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Paulo Corrêa, apresentou com a nossa coautoria o Junho Vermelho, para estimular a doação de sangue. Mesmo assim nós temos visto e discutido em várias reuniões que os estoques ainda estão a desejar. Portanto é necessário haver essa busca ativa, principalmente por causa da dengue, onde um dos tratamentos necessários é aplicação do plasma do sangue nos enfermos; e isso consome muito sangue. Com a pandemia diminuiu drasticamente a doação de sangue, pois as pessoas estão com receio de ir até o Hemocentro para fazer doação. Essa unidade móvel, que no passado já existia, já prestou esse serviço, já deu resultado, portanto é fundamental. Então eu apresento uma solicitação ao Secretário Geraldo Resende e ao Governo do Estado para que se possa alocar recursos da saúde para fazer aquisição dessa unidade móvel que vai ajudar muito os municípios, vai ajudar os Hemocentros, principalmente como o de Dourados, que pode fazer o recolhimento de sangue de Itaporã, de Caarapó, de toda a região. Em Nova Andradina essa unidade móvel poderá fazer campanhas em toda a região. É muito importante fazer esse trabalho ativo, e não esperar só o doador ir até o Hemocentro, e também não só as campanhas; mas fazer isso atrelado à campanha, à busca de doadores por meio da unidade móvel. Uma das indicações que apresentamos hoje é com relação à campanha que chama a atenção para a importância de fazer uso

consciente da água. Nós estamos vivendo momentos de racionamento, por conta dos problemas climáticos e da escassez hídricas para geração de energia. O Governo do Estado apresentou dois decretos, mas o importante, além de fazer o decreto falando da importância do racionamento e do uso consciente da água, é fazer campanhas. Um dos maiores desperdícios de água é em equipamentos no banheiro, como reservatório de água de patentes e etc., onde fica uma pequena válvula pingando o dia todo. São vários os detalhes que precisam ser mostrados para chamar a atenção da população. Diante disso, Senhor Presidente, é o que nós temos para hoje. Muito obrigado. Bom dia a todos. Até amanhã, se Deus quiser.

PRESIDENTE (Deputado Eduardo Rocha) - Obrigado, Deputado Renato Câmara. Não havendo mais oradores inscritos, vou declarar encerrada a Sessão. Está encerrada. Muito obrigado (11h55min).